



Suspeito de matar advogada em MG, capitão da PM não consegue liberdade

O capitão da Polícia Militar de Minas Gerais Anderson Maurício Coelho, suspeito de envolvimento com o assassinato da advogada Rita Inês e seu marido, Fabiano Barros Soares, vai continuar preso. O presidente do do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, negou liminar em Habeas Corpus em que o homem pedia a revogação de sua prisão temporária.

Ao negar o pedido, o ministro Ari Pargendler se baseou na Súmula 691, do Supremo Tribunal Federal, que impede a impetração de Habeas Corpus contra liminar negada em HC anterior. O mérito do pedido será julgado pela 6ª Turma. O relator é o ministro Sebastião Reis Júnior.

O suspeito foi preso a pedido do Ministério Público mineiro. O casal foi executado com tiros na nuca, em casa, na cidade mineira de Ouro Preto. Antes da morte, a advogada gravou um vídeo no qual relatou as ameaças que vinha recebendo e apontou nominalmente os prováveis responsáveis por algum mal que lhe fosse causado. Quatro pessoas foram presas com base nesse DVD.

De acordo com os autos, a Justiça determinou que os suspeitos — dois policiais e dois empresários — ficassem presos por ocupar posições importantes em Ouro Preto e o risco de que pudessem atrapalhar as investigações. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais já havia negado pedido de liminar em Habeas Corpus para revogação da prisão. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

HC 230.029

Date Created

26/01/2012